

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**

Portaria nº 1.608, de 23 de setembro de 2024.

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 54, caput e inciso III, c/c o inciso I, alínea a do art. 55 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal,

**RESOLVE:**

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, que se refere ao 2º Quadrimestre de 2024, compreendendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal referente ao período de setembro de 2023 a agosto de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Luís, 23 de setembro de 2024.

**Des. José Gonçalo de Sousa Filho**  
 Presidente

Anexos

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 SETEMBRO DE 2023 A AGOSTO DE 2024

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>1</sup> (b)
	LIQUIDADAS													
	Set/23	Out/23	Nov/23	Dez/23	Jan/24	Fev/24	Mar/24	Abr/24	Mai/24	Jun/24	Jul/24	Ago/24	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	13.653.253,50	13.674.035,88	20.504.889,38	17.251.975,90	17.456.768,18	14.639.336,41	14.973.174,32	14.354.391,67	14.405.155,19	14.495.330,87	14.442.679,23	14.094.102,82	183.945.093,35	2.255.884,68
<b>Pessoal Ativo</b>	12.161.441,57	12.201.010,94	18.270.760,79	15.662.839,99	15.161.569,61	13.055.427,41	13.382.072,76	12.772.826,71	12.720.381,23	12.878.224,52	12.644.151,67	12.460.520,12	163.371.227,32	2.255.884,68
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	10.338.514,03	10.373.954,46	15.158.332,08	13.781.629,14	13.361.933,12	11.116.104,47	11.465.183,41	11.179.463,55	10.830.827,57	10.977.890,05	10.778.761,63	10.581.530,55	139.944.124,06	2.255.884,68
Obrigações Patronais	1.822.927,54	1.827.056,48	3.112.428,71	1.881.210,85	1.799.636,49	1.939.322,94	1.916.889,35	1.593.363,16	1.889.553,66	1.900.334,47	1.865.390,04	1.878.989,57	23.427.103,26	-
<b>Pessoal Inativo e Pensionistas</b>	1.491.811,93	1.473.024,94	2.234.128,59	1.589.135,91	2.295.198,57	1.583.909,00	1.591.101,56	1.581.564,96	1.684.773,96	1.617.106,35	1.798.527,56	1.633.582,70	20.573.866,03	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.020.302,84	1.020.854,29	1.551.414,15	1.137.044,35	1.600.802,62	1.122.199,64	1.122.199,64	1.147.758,46	1.250.967,46	1.183.299,85	1.364.721,06	1.234.590,28	14.756.154,64	-

Pensões	471.509,09	452.170,65	682.714,44	452.091,56	694.395,95	461.709,36	468.901,92	433.806,50	433.806,50	433.806,50	433.806,50	398.992,42	5.817.711,39	-
<b>Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.491.811,93	1.473.024,94	2.234.128,59	1.864.758,60	2.301.769,26	1.586.175,68	1.592.855,50	1.742.028,47	1.684.773,96	1.617.106,35	1.741.167,29	1.633.582,70	20.963.183,27	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	275.622,69	-	-	-	160.463,51	-	-	-	-	436.086,20	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.491.811,93	1.473.024,94	2.234.128,59	1.589.135,91	2.301.769,26	1.586.175,68	1.592.855,50	1.581.564,96	1.684.773,96	1.617.106,35	1.741.167,29	1.633.582,70	20.527.097,07	-
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>12.161.441,57</b>	<b>12.201.010,94</b>	<b>18.270.760,79</b>	<b>15.387.217,30</b>	<b>15.154.998,92</b>	<b>13.053.160,73</b>	<b>13.380.318,82</b>	<b>12.612.363,20</b>	<b>12.720.381,23</b>	<b>12.878.224,52</b>	<b>12.701.511,94</b>	<b>12.460.520,12</b>	<b>162.981.910,08</b>	<b>2.255.884,68</b>

<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.342.418.403.457,81	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	165.237.794,76	0,012309
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	373.729.283,52	0,027840
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	355.042.819,35	0,026448
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	336.356.355,17	0,025056

**FONTE:** Sistema SIAFI, Unidade Responsável: COFIC/SOF/TSE, data da emissão: 23 de setembro de 2024, 09h.

<sup>1</sup>Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

**NOTAS:**

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN/MF nº 1.493, de 19 de setembro de 2024, publicada em 20 de setembro de 2024.
3. Na linha "Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração", nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2024, os valores de R\$ 6.570,69, R\$ 2.266,68 e 1.753,94, respectivamente, foram excluídos, ou seja, não serão deduzidos neste quadrimestre, uma vez que a competência da despesa pertence ao período de apuração.

**Francisco Petrônio Nepomuceno Lopes**  
Analista Judiciário - Auditoria Interna

**Leana Batista Neves**  
Secretária de Administração e Finanças

**Des. José Gonçalo de Sousa Filho**  
Presidente